



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	Militância dentro e fora do Estado: uma análise da agência de burocratas militantes nas políticas públicas de desenvolvimento rural
Autor	NELISE GIULIANE ROCHA RAGAGNIN
Orientador	CAMILA PENNA DE CASTRO

Militância dentro e fora do Estado: uma análise da agência de burocratas militantes nas políticas públicas de desenvolvimento rural

A partir da revisão bibliográfica e da guinada à direita que houve no Brasil em 2016 percebemos a importância de se estudar como as mudanças de governos impactam nas políticas fundiárias. Para isso, analisamos o período de 2015 a 2020. O objetivo da nossa pesquisa foi analisar essas mudanças, por meio da comparação de legislações. Chegamos até esse objetivo através da coleta de notícias dos jornais de grande circulação (O Globo, Folha de São Paulo e Estadão) utilizando as palavras-chave regularização fundiária e reforma agrária. Após, fizemos um recorte dos dados selecionando notícias sobre legislações, nas quais pudemos observar a existência das três MPs de regularização fundiária: a MP 458/2009, a MP 759/2017 e a MP 910/2019. Em seguida, fizemos uma planilha no Excel com alguns tópicos de comparação, sendo eles, o marco temporal, o tamanho da área destinada à titulação, a quantidade de módulos fiscais permitidos, a forma de pagamento e o processo para se conseguir titular a terra. Para preencher os dados utilizamos os textos das MPs e assistimos a disputa em torno da MP 910. Foi possível constatar que há uma presença crescente do discurso neoliberal no posicionamento dos parlamentares e que estes se traduzem nos textos das MPs. Comprovamos isso com o consecutivo aumento da área destinada à titulação, passando de somente a Amazônia Legal, na MP 485, para todas as terras da União na MP 910, um aumento também no tamanho da área a ser titulada, passando de até 1500 hectares para até 2500 hectares. Além disso, todas as medidas provisórias aumentaram o marco temporal, passando de áreas ocupadas até 2008, para áreas ocupadas até 2018 em caso de pagamento integral da terra. Todas essas questões ampliam a venda de terras públicas para o setor privado, uma das características do neoliberalismo, a privatização.